



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 115/2022
Uberlândia, 03 de junho de 2022.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 47639238			
PA COPAM Nº: 2046/2022		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	GIMISSON JOSE RIBEIRO	CPF:	513.672.546-04
EMPREENDIMENTO:	FAZENDA LARGA E OLHO D'ÁGUA - MATRÍCULA 63		
MUNICÍPIO:	CAMPOS ALTOS - MG	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA(SIRGAS 2000):	LAT/Y: 19°35'31"	LONG/X: 46°8'17"	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: 1. Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)	3	0
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	2	0

F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação	NP	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Marconi Pereira Martins (Biólogo)		CRBio 076695/04-D ART 20211008215	



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 03/06/2022, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 03/06/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47639238** e o código CRC **1C8AE77C**.

Referência: Processo nº 1370.01.0025820/2022-72

SEI nº 47639238



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 47639238

O empreendimento Fazenda Larga e Olho D'Água - matrícula 63 (área matriculada e 240,2013 ha) atua no ramo das atividades agrossilvipastoris tendo como atividade principal a horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - G-01-01-5 e culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - G-01-03-1, postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - F-06-01-7, localizado no município de Campos Altos/MG.

Através do processo 2046/2022, formalizado em 20/05/2022 na SUPRAM-TM, via Relatório Ambiental Simplificado, empreendedor solicita a ampliação de licença ambiental simplificada concedida através do certificado nº 4565 (processo SLA 4565/2020), válido até 23/10/2030.

O certificado mencionado acima concedia licença para 75 ha de horticultura e 115 ha de culturas anuais. Através da presente solicitação de ampliação, o empreendimento passa a operar com no máximo 180 hectares de horticultura como alho, batata, cenoura em sistema rotacionado com até 231 ha de culturas anuais (milho, soja, braquiaria), sendo que a propriedade possui 05 pivôs.

O solo é preparado conforme a necessidade da cultura, sendo o sistema convencional utilizado para a horticultura e o plantio direto para as culturas anuais. Como tratos culturais, utiliza-se a irrigação, correção de acidez com calcário e adubação, aplicação de defensivos agrícolas para controle de pragas e doenças. Para conservação do solo, são utilizadas bacias de contenção para a água das chuvas, rotação de culturas e plantio em nível, além do sistema de plantio direto quando permitido pela cultura.

O empreendimento conta com a mão de obra de 6 funcionários fixos e 50 temporários para a condução das atividades, sendo que há uma família residente na propriedade.

As infraestruturas são compostas por casa sede, escritório e sanitários para os funcionários, todos com fossa séptica; almoxarifado; depósito de defensivos agrícolas com piso impermeabilizado, de acesso restrito, com cobertura; pista impermeabilizada de preparo de caldas; galpão de máquinas/implementos e insumos; depósito de embalagens vazias com cobertura, ventilação e isolamento e pista de abastecimento com cobertura metálica, bacia de contenção, pista impermeabilizada, canaletas de contenção e caixa SAO.

O uso de água tem como finalidade principal a irrigação, lavagem de pisos e equipamentos, consumo humano e paisagismo. O recurso hídrico é proveniente de uma captação superficial no Córrego das Mesas, portaria de outorga nº 1900415/2021 (processo 42118/2020), válida por 10 anos a partir de 29/01/2021 e uma captação subterrânea por meio de poço tubular, portaria de outorga nº 2100593/2022 (processo 00171/2022) válida por 10 anos a partir de 03/02/2022.



Como principais impactos inerentes citados no RAS, tem se a geração de resíduos sólidos provenientes das atividades agrícolas, resíduos sólidos domésticos, efluentes líquidos sanitários e efluentes da lavagem de máquinas e veículos.

As embalagens vazias de defensivos são acondicionadas em local apropriado até sua devolução na Adicer. Os resíduos sólidos domésticos são armazenados temporariamente em bags e destinados à empresa Minas Reciclagem. Os efluentes líquidos sanitários são tratados através de fossa séptica e sumidouro e o efluente contaminado durante a lavagem de máquinas e veículos é destinado à caixa separadora de água e óleo.

Foi apresentado o CAR - Cadastro Ambiental Rural MG-3111507-C211.AD11.ECAE.4001.A8DB.AF0E.94AE.B4C6 com reserva legal declarada de 3,7171 ha, área inferior à 20% da área total conforme exige a legislação ambiental vigente. O proprietário manifestou interesse em realizar a adesão ao PRA (Programa de Regularização Ambiental) junto ao CAR, momento no qual deverão ser sanadas quaisquer pendências e passivos ambientais com relação à reserva legal e áreas de preservação permanente. A consulta ao cadastro no CAR foi realizada no dia 06/06/2022.

O empreendedor apresentou o Cadastro Técnico Federal válido junto ao IBAMA nº 3970380.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Fazenda Larga e Olho D'Água - matrícula 63" para a ampliação das atividades de horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) (código G-01-01-5) e culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura (código G-01-03-1), localizado no município de Campos Altos - MG, pelo prazo da licença já concedida, certificado de licença 4560 válido até 23/10/2030, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Larga e Olho D'Água - matrícula 63

As condicionantes a serem inseridas devem sempre estar afetas a aspectos ambientais. Para a licença ambiental simplificada fica determinado as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo, podendo excepcionalmente ser incluída nova condicionante desde que tecnicamente justificada.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

As condicionantes devem ser protocoladas no processo SEI discriminado no rodapé deste parecer.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Larga e Olho D'Água - matrícula 63

1. Resíduos sólidos e rejeitos

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.2 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.